



COMITÊ DE INVESTIMENTOS

DIRETRIZES DE INVESTIMENTO

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Paragominas

Política de Investimentos 2020

"As aplicações de recursos nos segmentos de investimento definidos nesta Política de Investimentos deverão ser objeto de aprovação prévia na Instância Superior do Regime Próprio de Previdência Social."

RECEBEMOS
Cheque Municipal de Paragominas
06/01/2020
Folha 01 de 01

Prefeitura Mun. de Paragominas
Protocolo Geral
Nº. <u>MURAL</u>
Data: <u>19/12/19</u> Hora: <u>12:08</u>
<u>[Assinatura]</u> Funcionário

DECLARO que nesta data dei publicidade
Inst. de Previdência Social
de Paragominas - PA
mediante a fixação do mesmo no Mural deste Órgão.
Paragominas/PA, 19 de 12 de 19



Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Paragominas

COMITE DE INVESTIMENTOS

Política de Investimentos 2020

1. Introdução

Atendendo à legislação pertinente aos investimentos dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, em especial à Resolução CMN nº. 3.922, de 25 de novembro de 2010 (texto consolidado), o Regime Próprio de Previdência Social, por meio de seu Conselho Deliberativo, está apresentando a versão de sua Política de Investimentos para o ano de 2020, devidamente aprovada pelo órgão superior de supervisão e deliberação.

Trata-se de uma formalidade legal que fundamenta e norteia todo o processo de tomada de decisão relativa aos investimentos do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município utilizado como instrumento necessário para garantir a consistência da gestão dos recursos no decorrer do tempo e visar à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro entre os seus ativos e passivos.

2. Objetivos

A Política de Investimentos tem o papel de delimitar os objetivos do RPPS¹ em relação à gestão de seus ativos, facilitando a comunicação dos mesmos aos órgãos reguladores do Sistema e aos participantes. O presente busca se adequar às mudanças ocorridas no âmbito do sistema de previdência dos Regimes Próprios e às mudanças advindas do próprio mercado financeiro.

É um instrumento que proporciona à Diretoria e aos demais órgãos envolvidos na gestão dos recursos uma melhor definição das diretrizes básicas, dos limites de risco a que serão expostos os conjuntos de investimentos. Tratará, ainda, o presente documento da rentabilidade mínima a ser buscada pelos gestores, da adequação da Carteira aos ditames legais e da estratégia de alocação de recursos a vigorar no período de 01/01/2020 à 31/12/2020.

No intuito de alcançar determinada taxa de rentabilidade real para a carteira do RPPS, a estratégia de investimento prevê sua diversificação, tanto no nível de classe de ativos (renda fixa, renda variável, exterior) quanto na segmentação por subclasse de ativos, emissor, vencimentos diversos e indexadores, visando, igualmente, a otimização da relação risco-retorno do montante total aplicado.

Sempre será considerada a preservação do capital, os níveis de risco adequados ao perfil do RPPS, a taxa esperada de retorno, os limites legais e operacionais, a liquidez

¹ RPPS – Regime Próprio de Previdência Social

Página 2



adequada dos ativos, traçando-se uma estratégia de investimentos, não só focada no curto e médio prazo, mas, principalmente, no longo prazo.

2.1. Estrutura Organizacional para Tomada de Decisões de Investimentos e Competências

2.1.1 O Comitê de Investimento:

- 1) Analisar, avaliar e emitir recomendações sobre proposições de investimentos;
- 2) Acompanhar e avaliar o desempenho dos investimentos realizado, com base em relatórios elaborados pelo Diretor (a) Presidente; pelo Diretor Administrativo-Financeiro e pelo analista ou assessor de investimentos, bem como proposições de mudança ou redirecionamento de recursos;
- 3) Analisar os cenários macroeconômicos, político e as avaliações de especialistas acerca dos principais mercados, observando os possíveis reflexos no patrimônio dos Planos de benefícios administrados pelo RPPS;
- 4) Propor, com base nas análises de cenários, as estratégias de investimentos para um determinado período;
- 5) Reavaliar as estratégias de investimentos. Com decorrência da previsão ou ocorrência de fatos conjunturais relevantes que venham, direta ou indiretamente, influenciar os mercados financeiros e de capitais;
- 6) Analisar os resultados das carteiras de investimentos do RPPS;
- 7) Fornecer subsídios para a elaboração ou alteração da política de investimentos do RPPS;
- 8) Acompanhar a execução da política de investimentos do RPPS;
- 9) Recomendar os limites operacionais e os intervalos de risco que poderão ser assumidos no âmbito da gestão dos recursos garantidores dos benefícios de competência do INSTITUTO;
- 10) Indicar o percentual máximo a ser conferido para cada investimento, dentro dos limites legais buscando adequar os investimentos com a realidade do mercado financeiro;
- 11) Buscar o reenquadramento do plano de investimentos, quando ocorrer alguma alteração ao longo do ano ou ocorrer alguma alteração na legislação;



- 12) Indicar critérios para seleção das instituições financeiras buscando a segurança e minimizar os custos operacionais;
- 13) Analisar e emitindo parecer acerca das propostas e produtos encaminhados pela Diretoria Executiva.

2.1.2 O Conselho Deliberativo:

- 1) Aprovar as aplicações de recursos nos segmentos de investimento previstos nesta Política de Investimentos;
- 2) Aprovar os limites operacionais e os intervalos de risco que poderão ser assumidos no âmbito da gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios;
- 3) Aprovar o percentual máximo (com relação ao total da carteira) a ser conferido aos administradores/gestores de recursos dos planos;
- 4) Determinar o percentual máximo do total de ativos dos planos a ser gerido como carteira própria;
- 5) Aprovar os planos de enquadramento às legislações vigentes;
- 6) Aprovar os critérios para seleção e avaliação de gestor (es) de recurso (s) dos planos, bem como o limite máximo de remuneração do (s) referido (s) gestor (es).

3. Diretrizes de Alocação dos Recursos

- 1) A gestão de recursos do Fundo com finalidade previdenciária poderá ser realizada através de gestão própria ou gestão por entidade credenciada, conforme disposto na Resolução CMN 3.922 de 25 de novembro de 2010 (**texto consolidado**);
- 2) Nas operações de compra ou venda de títulos públicos deverão ser observadas as informações divulgadas, diariamente, por entidades reconhecidamente idôneas pela sua transparência e elevado padrão técnico na difusão de preços e taxas dos títulos, para fins de utilização como referência em negociações no mercado financeiro, antes do efetivo fechamento da operação;
- 3) As operações de compra de títulos públicos deverão ser efetuadas através de leilões primários ou mercado secundário, desde que os preços praticados nestas operações observem como parâmetro o intervalo da marcação a mercado dos títulos públicos divulgados pela ANDIMA ou BACEN no dia das operações, que se refere aos preços praticados em mercado;
- 4) As operações de venda de títulos públicos deverão ser efetuadas através de mercado secundário e os preços praticados deverão observar como parâmetro o intervalo da marcação a mercado dos títulos públicos divulgado pela ANDIMA ou BACEN no dia das operações, que se refere aos preços praticados em mercado;
- 5) As aplicações em operações compromissadas serão realizadas com lastro em Títulos do Tesouro Nacional;
- 6) As aplicações em fundos de investimento deverão ocorrer mediante credenciamento da instituição financeira e a avaliação comparativa de produtos similares, devendo ser considerados critérios contemplando a segurança, rentabilidade, solvência e liquidez dessas Aplicações e das instituições, de forma a viabilizar a melhor escolha;



- 7) Os títulos e valores mobiliários integrantes dos diversos segmentos de aplicação dos recursos do Regime Próprio de Previdência Social devem ser registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil e/ou mantidos em conta de depósito em instituição ou entidade autorizada à prestação desse serviço pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM;
- 8) Os títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) deverão ser realizadas por meio de plataformas eletrônicas administradas por sistemas autorizados a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), nas suas respectivas áreas de competência, admitindo-se, ainda, aquisições em ofertas públicas do Tesouro Nacional por intermédio das instituições regularmente habilitadas, desde que possam ser devidamente comprovadas;
- 9) As aplicações de recursos deverão privilegiar as aplicações com o binômio risco retorno mais adequado às necessidades de liquidez do fluxo de receitas e despesas projetadas;
- 10) As aplicações em Fundos de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC somente poderão ser efetuadas em produtos que apresentem, obrigatoriamente, dentre os sistemas de garantia e colateral oferecidos, o mecanismo de **subordinação de quotas**, isto é, emissão de quotas subordinadas garantidas pelo originador/cedente dos direitos creditórios.
- 11) As aplicações de recursos deverão perseguir a rentabilidade real determinada pela Portaria SPREV nº 17, de 20 de maio de 2019 acrescida da variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) ou do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), privilegiando as aplicações com o binômio risco-retorno mais adequado às necessidades de liquidez do fluxo de pagamentos de benefícios previdenciários e duração do passivo previdenciário.

Portaria SPREV nº 17, de 20 de maio de 2019

Duração do Passivo (anos)	Taxa de Juro REAL (% a.a)
1,0	4,61
1,5	4,81
2,0	5,06
2,5	5,27
3,0	5,43
3,5	5,54
4,0	5,61
4,5	5,67
5,0	5,71
5,5	5,74
6,0	5,77
6,5	5,78



7,0	5,80
7,5	5,81
8,0	5,82
8,5	5,82
9,0	5,83
9,5	5,83
10,0	5,84
10,5	5,84
11,0	5,84
11,5 a 13,0	5,85
13,5 a 16,0	5,86
16,5 a 21,0	5,87
21,5 a 27,5	5,88
28,0 a 34,5	5,89
35,0 ou mais	5,89

3.1 Segmentos de Aplicação

Esta política de investimentos se refere à alocação dos recursos da entidade entre e em cada um dos seguintes segmentos de aplicação, conforme definidos na legislação:

- Segmento de Renda Fixa
- Segmento de Renda Variável e Investimentos Estruturados
- Segmento de Investimentos no Exterior

3.2 Objetivos da Gestão da Alocação

A gestão da alocação entre os Segmentos tem o objetivo de garantir o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações do RPPS, através da superação da taxa da meta atuarial (TMA), que é igual à variação do índice de inflação. Além disso, ela complementa a alocação estratégica, fazendo as alterações necessárias para adaptar a alocação de ativos às mudanças no mercado financeiro.

As aplicações dos recursos dos RPPS poderão ter gestão própria, por entidade credenciada ou mista. Considerando os critérios estabelecidos pela legislação vigente a entidade credenciada deverá ter, no mínimo, solidez patrimonial, volume de recursos e experiência positiva no exercício da atividade de administração de recursos de terceiros.

3.3 Faixas de Alocação de Recursos

3.3.1. Segmento de Renda Fixa:

As aplicações dos recursos do RPPS em ativos de renda fixa poderão ser feitas por meio de carteira própria, fundos de investimentos ou produtos de investimento. Os fundos de investimentos abertos e/ou fechados, nos quais o RPPS vier a adquirir cotas, deverão seguir a legislação em vigor dos RPPS.

3.3.2. Segmento de Renda Variável e Investimentos Estruturados:

As aplicações dos recursos do RPPS em ativos de renda variável poderão ser feitas por meio de fundos de investimentos.



3.3.3. Segmento de Investimentos no Exterior:

As aplicações dos recursos do RPPS em ativos no exterior poderão ser feitas por meio de fundos de investimentos.

3.4. Metodologia de Gestão da Alocação

A definição estratégica da alocação de recursos nos segmentos acima identificados foi feita com base nas expectativas de retorno de cada segmento de ativos para os próximos 12 meses, em cenários alternativos.

Os cenários de investimento são traçados a partir das perspectivas para o quadro nacional e internacional, da análise do panorama político e da visão para a condução da política econômica e do comportamento das principais variáveis econômicas.

Para as estratégias de curto prazo, a análise se concentra na aversão a risco dos RPPS, em eventos específicos do quadro político e nas projeções para inflação, taxa de juros, atividade econômica e contas externas. A visão de médio prazo procura dar maior peso às perspectivas para o crescimento da economia brasileira e mundial, para a situação geopolítica global, para a estabilidade do cenário político e para a solidez na condução da política econômica.

Dadas tais expectativas de retorno dos diversos ativos em cada um dos cenários alternativos, a variável chave para a decisão de alocação é a probabilidade de satisfação da meta atuarial no período de 12 meses, aliada à avaliação qualitativa do cenário de curto prazo.

4. Diretrizes para Gestão dos Segmentos

4.1 Metodologias de Seleção dos Investimentos

As estratégias e carteiras dos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável serão definidas, periodicamente, pelo (s) gestor (es) externo (s), no caso dos recursos geridos por meio de aplicação em Fundos e/ou carteiras administradas, e pela Diretoria Executiva, no caso da carteira própria. Ressalte-se que as informações utilizadas para a construção dos cenários e modelos são obtidas de fontes públicas (bases de dados públicas e de consultorias).

4.2. Segmentos de Renda Fixa

4.2.1. Tipo de Gestão

O RPPS optou por uma gestão com perfil mais conservador, mas também, buscando prêmios em relação ao benchmark adotado para a carteira.

4.2.2. Ativos Autorizados

No segmento de Renda Fixa, estão autorizados todos os ativos permitidos pela legislação vigente. A alocação dos recursos dos planos de benefícios do RPPS deverá restringir-se aos seguintes ativos e limites, de acordo com a Resolução CMN 3922/10:



ENQUADRAMENTO		LIMITE RESOLUÇÃO
Artigo 7º, Inciso I, Alínea "a"	100% Títulos Públicos	100,00%
Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"	Fundos Renda Fixa Referenciados - 100% TP	100,00%
Artigo 7º, Inciso I, Alínea "c"	Fundos de Índice Renda Fixa Negociáveis em Bolsa TP	100,00%
Artigo 7º, Inciso II	Operações compromissadas	5,00%
Artigo 7º, Inciso III, Alínea "a"	Fundos Renda Fixa Referenciados	60,00%
Artigo 7º, Inciso III, Alínea "b"	Fundos de Índice Renda Fixa Negociáveis em Bolsa	60,00%
Artigo 7º, Inciso IV, Alínea "a"	Fundos de Renda Fixa	40,00%
Artigo 7º, Inciso IV, Alínea "b"	Fundos de Índice de Renda Fixa	40,00%
Artigo 7º, Inciso V, Alínea "b"	Letras Imobiliárias Garantidas	20,00%
Artigo 7º, Inciso VI, Alínea "a"	Certificado de Depósito Bancário (CDB)	15,00%
Artigo 7º, Inciso VI, Alínea "b"	Depósito de Poupança	15,00%
Artigo 7º, Inciso VII, Alínea "a"	Cota Sênior - FIDC	5,00%
Artigo 7º, Inciso VII, Alínea "b"	Fundos Renda Fixa "Crédito Privado"	5,00%
Artigo 7º, Inciso VII, Alínea "c"	Fundos com 85% de Debêntures	5,00%

Artigo 8º, Inciso I, Alínea "a"	Fundos de Renda Variável	30,00%
Artigo 8º, Inciso I, Alínea "b"	Fundos de Índice de Renda Variável	30,00%
Artigo 8º, Inciso II, Alínea "a"	Fundos de Renda Variável - Ações	20,00%
Artigo 8º, Inciso II, Alínea "b"	Fundos de Índice de Renda Variável	20,00%
Artigo 8º, Inciso III	Fundos de Renda Variável Multimercados	10,00%
Artigo 8º, Inciso IV, Alínea "a"	Fundos de Investimentos em Participações - FIP	5,00%
Artigo 8º, Inciso IV, Alínea "b"	Fundos de Investimentos Imobiliários - FII	5,00%
Artigo 8º, Inciso IV, Alínea "c"	FI Ações - Mercado de Acesso	5,00%

Artigo 9º - A, Inciso I	FIC e FIC FI - Renda Fixa - Dívida Externa	10,00%
Artigo 9º - A, Inciso II	FIC - Aberto - Investimento no Exterior	10,00%
Artigo 9º - A, Inciso III	Fundos de Ações - BDR Nível I	10,00%

5. CRITÉRIOS DE CREDENCIAMENTO E SELEÇÃO DE GESTORES

Para a seleção de instituições financeiras autorizadas a operar com o RPPS será constituído processo de credenciamento sobre a figura do administrador e do gestor do fundo de investimento conforme disposto na Resolução CMN nº. 3922, de 25 de novembro de 2010 e as Portarias MPS nº 519/2011 (texto consolidado), abaixo:

"IX - na gestão própria, antes da realização de qualquer operação, assegurar que as instituições escolhidas para receber as aplicações tenham sido objeto de prévio credenciamento. (Redação dada pela Portaria MPS nº 440, de 09/10/2013)".

Página 00



"Gestão Própria: quando o RPPS realiza diretamente a execução da política de investimentos de sua carteira, decidindo sobre as alocações dos recursos, respeitados os parâmetros da legislação".

O processo consistirá de busca de informações junto às instituições financeiras de questionário modelo - **QUESTIONÁRIO PADRÃO ANBIMA DUE DILIGENCE PARA FUNDOS DE INVESTIMENTO – SEÇÃO I, SEÇÃO II e SEÇÃO III**) que contemplará a análise dos seguintes quesitos, atestado formalmente pelo representante legal do RPPS.

5.1. Em relação à instituição financeira (administrador e gestor do fundo de investimento):

- a) atos de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Banco Central do Brasil ou Comissão de Valores Mobiliários ou órgão competente;
- b) Observação de elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e ausência de restrições que, a critério do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários ou de outros órgãos competentes desaconselhem um relacionamento seguro;
- c) regularidade fiscal e previdenciária;
- d) relatório de rating de gestão.

5.2. Em relação ao fundo de investimento:

- a) análise do histórico e experiência de atuação do gestor e do administrador do fundo de investimento e de seus controladores;
- b) a análise quanto ao volume de recursos sob sua gestão e administração, bem como quanto a qualificação do corpo técnico e segregação de atividades;
- c) a avaliação da aderência da rentabilidade aos indicadores de desempenho e riscos assumidos pelos fundos de investimentos sob sua gestão e administração, no período mínimo de dois anos anteriores ao credenciamento.

5.3. Requisitos Finais para o Credenciamento

Art. 6º-E Sem prejuízo do disposto nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 3º, (definidos nos itens 5.1 e 5.2) serão observadas em relação ao credenciamento de que trata o inciso IX daquele artigo as seguintes disposições: (Incluído pela Portaria MPS nº 300, de 03/07/2015).

I - a análise das informações relativas à instituição credenciada e a verificação dos requisitos mínimos estabelecidos para o credenciamento deverão ser registradas em Termo de Análise de Credenciamento, cujo conteúdo mínimo constará de formulário disponibilizado pela SPPS no endereço eletrônico do MPS na rede mundial de computadores - Internet; (Incluído pela Portaria MPS nº 300, de 03/07/2015).



II - a decisão final quanto ao credenciamento da instituição constará de Atestado de Credenciamento, conforme formulário disponibilizado pela SPPS no endereço eletrônico do MPS na rede mundial de computadores - Internet; (Incluído pela Portaria MPS nº 300, de 03/07/2015).

III - os documentos que instruírem o credenciamento, desde que contenham identificação de sua data de emissão e validade e sejam disponibilizados pela instituição credenciada em página na rede mundial de computadores - Internet, cujo acesso seja livre a qualquer interessado, poderão ser mantidos pelo RPPS por meio de arquivos em meio digital, que deverão ser apresentados à SPPS e aos demais órgãos de controle e fiscalização, internos ou externos, sempre que solicitados. (Incluído pela Portaria MPS nº 300, de 03/07/2015).

Parágrafo único. A utilização do Termo de Análise de Credenciamento e do Atestado de Credenciamento não afasta a responsabilidade do RPPS pela verificação do cumprimento dos requisitos mínimos para o credenciamento e não impede que o RPPS estabeleça critérios adicionais, com o objetivo de assegurar a observância das condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência na aplicação dos recursos, segundo o disposto em Resolução do CMN. (Incluído pela Portaria MPS nº 300, de 03/07/2015).

5.4. Observações:

- a) a análise dos quesitos verificados nos processos de credenciamento deverá ser atualizada a cada 12 (doze) meses.
- b) as aplicações que apresentem prazos para desinvestimento, inclusive prazos de carência e para conversão de cotas de fundos de investimentos, deverão ser precedidas de atestado do responsável legal pelo RPPS, evidenciando a sua compatibilidade com as obrigações presentes e futuras do regime.
- c) Deverá ser realizada a análise e registro do distribuidor, instituição integrante do sistema de distribuição ou agente autônomo de investimento, certificando-se sobre o contrato para distribuição e mediação do produto ofertado e a regularidade com a Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

6. GESTÃO DO RISCO DE CRÉDITO – NÃO PAGAMENTO DAS OBRIGAÇÕES

O RPPS somente poderá alocar recursos em fundos de investimento classificados com o mais alto grau de qualidade de crédito, mediante nota por agência internacional de classificação de risco, representada pelo quadro abaixo.



CLASSIFICAÇÃO DO RISCO DE CRÉDITO - RATING	AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO
MAIS ALTO GRAU DE QUALIDADE DE CRÉDITO	Vencimento de 1 (UM) ano ou mais – Longo Prazo
Aaa	Moody's
AAA	Fitch
AAA	Standard & Poor's

6.1 GESTÃO DO RISCO DE MERCADO

A carteira de investimentos será monitorada no binômio risco-retorno com a utilização das principais medidas de risco dos investimentos: retorno absoluto, retorno relativo, volatilidade, V@r (*value at risk*) e Índice de Sharpe. Serão consideradas diferentes janelas de tempo para melhor capturar as oscilações inerentes aos investimentos, tanto de renda fixa quanto de renda variável.

6.2 GESTÃO DO RISCO DE LIQUIDEZ

O direcionamento dos investimentos priorizará fundos de investimentos com características de liquidez imediata (prazo de desinvestimento total de até 30 dias). A alocação em produtos com baixa liquidez somente será permitida, desde que avaliados os seguintes requisitos: nível de proteção do capital investido; lastro das operações do fundo; credibilidade da instituição financeira gestora do fundo de investimento, prazo de desinvestimento definido em regulamento.

Vedado a alocação em fundos de investimento de prazo indeterminado, sem mecanismos de resgate total do capital, via o próprio fundo de investimento.

7. INVESTIDOR QUALIFICADO / INVESTIDOR PROFISSIONAL – Portaria MPS 300/2015 e Portaria MF 01/2017

Art. 6º-A. Será considerado investidor qualificado, para os fins da normatização estabelecida pela CVM, o RPPS que atenda cumulativamente aos seguintes requisitos:

I - cujo ente federativo instituidor possua Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP vigente na data da realização de cada aplicação exclusiva para tal categoria de investidor, pelo cumprimento das normas gerais de organização e funcionamento dos RPPS, estabelecidas na Lei nº 9.717/1998 e nos atos normativos dela decorrentes.

II - possua recursos aplicados, informados no Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR enviado à SPDS, do bimestre imediatamente anterior à data de realização de cada aplicação exclusiva para tal categoria de investidor, em montante igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).



Ass. dos membros do Comitê de Investimentos.

Raulison Dias Pereira

Portaria nº 024/2019

CGRPPS nº 096/09

Maria Dhiemy Correa Ramos

Portaria nº 024/2019

CGRPPS nº 3130/2018

D Anderson Elias Oliveira

Portaria nº 024/2019

CGRPPS nº 3711/2019



ANEXO I

DEMONSTRATIVO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO - DPIN - ESTRATÉGIA DE INVESTIMENTOS 2020 - PREENCHIMENTO E ENVIO VIA CADPREV DO MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2020 - RESOLUÇÃO CMN nº 3.922/2010 CONSOLIDADA								ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO - PRÓXIMOS 5 EXERCÍCIOS		
TIPO DE ATIVO	Limite Resolução %	Posição Atual Carteira (R\$)	Posição Atual Carteira (%)	LIMITE INFERIOR R %	ESTRATÉGIA Alvo %	LIMITE SUPERIOR R %	META DE RENTABILIDADE PARA O EXERCÍCIO POR TIPO DE ATIVO	RESUMO DA ESTRATÉGIA	LIMITE INFERIOR (%)	LIMITE SUPERIOR (%)
Títulos Públicos de emissão do TN (Selic) 7º, I, a	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	6%	Títulos Públicos Federais	0,00	100,00
FI 100% títulos TN - 7º, I, b	100,00	82.531.784,67	37,68	00,00	35,00	100,00	6%	Títulos Públicos Federais	0,00	100,00
ETF - 100% Títulos Públicos, 7º, I, c	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	6%	Títulos Públicos Federais	0,00	100,00
Diretamente em Operações Compromissadas com TP - 7º, II	5,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,00	6%	Títulos Públicos Federais	0,00	5,00
FI Renda Fixa "Referenciado" - 7º, III, a	60,00	42.521.654,39	19,41	0,00	18,00	60,00	5,50%	Títulos Públicos Federais & Títulos Privados	0,00	60,00
ETF - Renda Fixa "Referenciado" - 7º, III, b	60,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60,00	5,50%	Títulos Públicos Federais & Títulos Privados	0,00	60,00
FI Renda Fixa - Geral - 7º, IV, a	40,00	46.191.741,89	21,09	0,00	20,00	40,00	5,50%	Títulos Públicos Federais & Títulos Privados	0,00	40,00
ETF - Demais Indicadores Renda Fixa - 7º, IV, b	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40,00	6,50%	Títulos Públicos Federais & Títulos Privados	0,00	40,00
Letras Imobiliárias Garantidas - 7º, V, b	20,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20,00	7%	Imobiliário	0,00	20,00
CDB - Certificado Depósito Bancário - 7º, VI, a	15,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15,00	6,50%	Risco Banco (FGC)	0,00	15,00
Poupança - 7º, VI, b	15,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15,00	3,50%	Risco Banco (FGC)	0,00	5,00
FI em Direitos Creditórios - Cota Sênior - 7º, VII, a	5,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,00	7%	Títulos Privados	0,00	5,00
FI Renda Fixa "Crédito Privado" - 7º, VII, b	5,00	499.964,74	0,23	0,00	1,00	5,00	7%	Títulos Privados	0,00	5,00
FI Debêntures de Infraestrutura - 7º, VII, c	5,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,00	8%	Títulos Privados	0,00	5,00
FI de Ações Índice com mínimo 50 ações - 8º, I, a	30,00	0,00	0,00	0,00	1,00	30,00	10%	Ações	0,00	30,00



TIPO DE ATIVO	Limite Resolução %	Posição Atual Carteira (R\$)	Posição Atual Carteira (%)	LIMITE INFERIOR R %	ESTRATÉGIA Alvo %	LIMITE SUPERIOR R %	META DE RENTABILIDADE PARA O EXERCÍCIO POR TIPO DE ATIVO	RESUMO DA ESTRATÉGIA	LIMITE INFERIOR (%)	LIMITE SUPERIOR (%)
ETF - Índice de Ações (com no mínimo 50 ações) - 8º, I, b	30,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20,00	10%	Ações	0,00	20,00
FI de Ações - Geral - 8º, II, a	20,00	43.664.529,97	19,93	0,00	20,00	20,00	10%	Ações	0,00	20,00
ETF - Demais Índices de Ações - 8º, II, b	20,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20,00	10%	Ações	0,00	20,00
FI Multimercado - Aberto - 8º, III, a	10,00	3.637.072,85	1,66	0,00	2,00	10,00	8,50%	Diversos fatores de risco	0,00	10,00
FI em Participações - 8º, IV, a	5,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,00	12%	Participações em projetos	0,00	5,00
FI Imobiliário - 8º, IV, b	5,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,00	9%	Imobiliário	0,00	5,00
FI Ações - Mercado de Acesso - 8º, IV, c	5,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,00	8,50%	Ações	0,00	5,00
FIC e FIC FI - Renda Fixa - Dívida Externa - 9º - A, Inciso I	10,00	0,00	0,00	0,00	1,00	10,00	7%	Dívida Externa	0,00	10,00
FIC - Aberto - Investimento no Exterior - 9º - A, Inciso II	10,00	0,00	0,00	0,00	1,00	10,00	8%	Diversos fatores de risco	0,00	10,00
Fundos de Ações - BDR Nível I - 9º - A, Inciso III	10,00	0,00	0,00	0,00	1,00	10,00	10%	Ações - BDR	0,00	10,00
TOTAL		219.046.748,51	100,00		100,00					

M. Diery C. Reis

[Assinatura]



COMITÊ DE INVESTIMENTOS

ATA DE REUNIÃO

Ata da 83ª reunião do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Paragominas-COINVEST realizada em 25 de novembro de 2019.

Aos vinte e cinco dias de novembro de 2019 às 14:30 horas na sede do IPMP, localizada na Rua 31 de março, nº. 221 – Centro, cidade de Paragominas – PA, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos do IPMP – COINVEST - **Ráulison Dias Pereira**, - CGRPPS APIMEC nº 096/2009; **Maria Dhienny Correa Ramos** CGRPPS APIMEC nº 3130/2019 e **D Anderson Elias Oliveira**, CGRPPS APIMEC nº 3711/2019, para o acompanhamento da Política de investimentos executada em 2019, objetivando análise do cenário econômico e tomada de decisões. O Comitê procedeu a análise da carteira de investimentos com as posições em 31 de outubro de 2019, constatando um PL investido no valor de **R\$ 219.046.748,51** distribuídos em 23 fundos de investimentos, conforme relatório do período em anexo, adequados com as normas específicas do Conselho Monetário Nacional – CMN – (Resolução 3922/2010). No mês de outubro a carteira registrou uma rentabilidade de R\$ 3.124.137,27. O resultado consolidado da carteira foi de 1,4650 % correspondentes a 249,45 % da meta atuarial do mês de outubro (0,59%). A rentabilidade acumulada no ano foi de R\$ 21.707.538,60 atingindo 11,46% superando a meta de 7,70% (atingimento 148,78%). O Coinvest constatou resgates na ordem de R\$ 23.126.160,93 e aplicações de R\$ 23.578.895,75. O Comitê constatou que o IPMP vem executando sua política de investimento corretamente devidamente enquadrada com os limites estabelecidos pela Resolução 3922/10. De acordo com o comentário econômico do Relatório da Di Blasi Consultoria, o atual cenários se apresenta da seguinte forma: “O COPOM promoveu novo corte na taxa de juro SELIC para 5,00% ao ano, reforçando as medidas de estímulo ao consumo e ajuda na retomada do crescimento da economia. O mercado espera novo corte ainda neste ano, de forma que a taxa de juro seja trazida para baixo dos 5% ao ano. Houve a aprovação em definitivo da reforma da previdência no Senado, somente no aguardo da promulgação para entrada em vigor. No mercado internacional, o cenário se mantém desafiador, ainda com risco de recessão global e juros em baixa nos países desenvolvidos. A tendência global é de um Dólar forte, impulsionado

1



COMITÊ DE INVESTIMENTOS

exatamente pela incerteza externa e pela desaceleração da economia internacional. Contudo, o mercado doméstico parece ter prevalecido nas análises da equipe do Banco Central para o corte nos juros, com as projeções para a taxa de inflação sob controle. Neste aspecto, os dados de mercado (IBGE) mostram inflação (IPCA) dentro do intervalo da meta traçada pelo governo. Para 2019, os economistas das instituições financeiras trabalham com estimativa de inflação de 3,32%. As taxas de juro praticadas pelos Títulos Públicos Federais tiveram redução no mercado secundário. Reflete apostas do mercado em cortes mais agressivos da taxa SELIC ainda no curto prazo. A consolidação de um cenário de recuperação para a economia dependerá da capacidade de implementação do cronograma de reformas pelo Governo. A composição da dívida pública, incluindo os seus prazos de vencimento, a moeda que é emitida e os indexadores utilizados constituem fatores que contribuem para explicar a remuneração oferecida pelos títulos públicos federais. Para os últimos meses de 2019, os olhos e medidas continuarão voltados para as medidas de incentivo para a economia. Assim, a alocação dos recursos está com o seguinte direcionamento: a) - **RENDA FIXA:** deve estar centrada **TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS.** Fundos da família IRF-M estão com taxas de juros médias aproximadas entre 4,43% e 5,60% ao ano. Fundos da família IRF-M, IRF-M 1+ e IMA-B 5+ capturam melhores taxas de juro, apesar de estarem sujeitos a oscilações. Os fundos CDI (referenciados) estão rodando abaixo do índice de referência, mas apresentam estabilidade de retornos. As taxas de juro no segmento de renda fixa estão espremidas, com menor espaço para os ganhos significativos daqui em diante. B) - **RENDA VARIÁVEL (AÇÕES):** O mercado de renda variável tem apresentado bom rendimento nesses últimos meses. Importante manter posição no segmento, pois a taxa de juros SELIC de 5,00% ao ano está abaixo do índice de referência e a tendência ainda é de queda para o juro. Fundos Multimercados (com renda variável) também surgem como boa alternativa. O perfil deve ser de longo prazo e direcionado para fundos que apostam na melhora dos fundamentos da economia e seus impactos sobre as receitas empresas. Além disto, empresas estatais podem voltar a ser boas apostas, com as expectativas de eventuais planos de privatização. As expectativas, doravante, ficam por conta da retomada do crescimento econômico". Pelo teor do comentário acima o Comitê decide por recomendar a manutenção da carteira com alocação de novos recursos no segmento de Renda variável, (fundos Multimercado). Nesta data, o Comitê discutiu e elaborou a Política de Investimentos para o ano de 2020, observando os critérios e limites estabelecidos pela

2



COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Resolução 3922/2010 tendo incluído na mesma a possibilidade do Instituto investir em fundos com ativos no exterior de acordo com a Resolução 3922/2010. Elaborada e aprovada a Política de Investimentos para 2020 pelo Comitê, o Presidente determinou o encaminhamento da mesma ao Conselho Administrativo do IPMP para apreciação e aprovação tendo em vista o envio à Secretaria Nacional de Previdência do Ministério da Economia. Como não houve mais nada a ser tratado, o presidente do Comitê de Investimentos Raulison Dias Pereira, deu por encerrada a reunião às 17:00 horas do mesmo dia, e eu **Maria Dhieny Correa Ramos**, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e pelos demais membros do Comitê de Investimentos do IPMP (COINVEST) presentes na reunião. Paragominas-PA, 25 de novembro de 2019.

Raulison Dias Pereira
Portaria nº 024/2019
CGRPPS nº 096/09

Maria Dhieny Correa Ramos
Portaria nº 024/2019
CGRPPS nº 3130/2018

D Anderson Elias Oliveira
Portaria nº 024/2019
CGRPPS nº 3711/2019



GOVERNO MUNICIPAL

IPMP – Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Paragominas – PA

Rua 31 de Março, 221 – Centro – Cep 68.625-970 – Paragominas - Pará

☎ (91) 37293685 – e-mail: ipmpgn@nortnet.com.br

CONSELHO ADMINISTRATIVO

RESOLUÇÃO Nº 13/2019

O Presidente do Conselho Administrativo do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Paragominas, no uso de suas atribuições legais em cumprimento das deliberações da plenária da sessão ordinária ocorrida no dia 04 de Dezembro de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovada a **POLÍTICA DE INVESTIMENTOS** do IPMP para o exercício de 2020, de acordo com o que determina a Resolução do Conselho Monetário Nacional – CMN nº. 3.992, de 25 de Novembro de 2010(**texto consolidado**), portaria do Ministério da Previdência Social MPS 519/2011 (**texto consolidado**), portaria do Ministério da Previdência Social MPS 185/2015, portaria MPS 300/2015 e portaria MF 01/2017, observando a redação dada pela resolução nº 4.604 de 19 de Outubro de 2017 do Conselho Monetário Nacional - CNM.

Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

É a resolução;

Paragominas, PA, 04 de Dezembro de 2019.

ROBERTO ANTONIO DOS REIS GOMES
PRESIDENTE DO CONSELHO ADMINISTRATIVO